



# DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Ano III • nº 449 • Campo Grande – MS • quinta-feira • 18 de outubro de 2012

8 páginas



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2012-2014

Procurador-Geral de Justiça  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Paulo Alberto de Oliveira**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**João Albino Cardoso Filho**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça de Gestão e Planejamento  
Institucional  
**Irma Vieira de Santana e Anzoategui**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Mauri Valentim Riciotti**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procuradora de Justiça *Irone Alves Ribeiro Barbosa*  
Procurador de Justiça *Heitor Miranda dos Santos*  
Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*  
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*  
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*  
Procurador de Justiça *Anízio Bispo dos Santos*  
Procurador de Justiça *Guilherme Ferreira Dutra Júnior*  
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*  
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*  
Procurador de Justiça *Wilson Fortes*  
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*  
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*  
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*  
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*  
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bitar Bezerra*  
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*  
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*  
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*  
Procurador de Justiça *Amilton Plácido da Rosa*  
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*  
Procurador de Justiça *Paulo Alberto de Oliveira*  
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*  
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*  
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*  
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*  
Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*  
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*  
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*  
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*  
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*  
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

#### EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

#### DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-2130 e-mail: [caocrim@mp.ms.gov.br](mailto:caocrim@mp.ms.gov.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos  
Direitos Humanos  
(67) 3318-2160 / 3318-2143 e-mail: [caopjdc@mp.ms.gov.br](mailto:caopjdc@mp.ms.gov.br)

#### DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação e editoração eletrônica: Assessoria de Comunicação  
Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio  
CEP 79031-907 | Campo Grande- MS  
Telefone: (67) 3318-2055 | [dompms@mp.ms.gov.br](mailto:dompms@mp.ms.gov.br)

### SUMÁRIO

Comissão de Concurso .....	1
Secretaria de Administração .....	6
Editais das Promotorias de Justiça .....	6

### COMISSÃO DE CONCURSO

#### AVISO Nº 001/PGJ/2012, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### RESOLVE:

Aprovar o Regulamento do V Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** O ingresso nos cargos das carreiras do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos e será regido por este Regulamento e pelo respectivo Edital de Abertura.

**Art. 2º** São requisitos para o ingresso na carreira:

- ter sido aprovado e classificado no respectivo concurso público, na forma estabelecida neste Regulamento e no Edital de Abertura;
- ser brasileiro nato ou naturalizado, nos termos do artigo 12 da Constituição da República Federativa do Brasil, ou no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, nos termos do § 1º do referido artigo;
- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- estar em pleno gozo e exercício dos direitos políticos;
- estar em dia com as obrigações eleitorais;
- estar em dia com os deveres do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- estar com CPF regularizado;
- possuir comprovação da escolaridade exigida para o exercício do cargo;
- possuir Carteira Nacional de Habilitação, categorias D ou E, para os candidatos ao cargo de Auxiliar, na Área de Atividade: Motorista;
- possuir o registro profissional no órgão competente e estar quite com as obrigações profissionais, quando for o caso;
- ser considerado apto em exame médico-pericial realizado por Junta Médica Oficial;
- não exercer cargo, emprego ou função pública e não

acumular proventos de aposentadoria na administração pública federal, estadual ou municipal, exceto nas situações previstas em lei;

m) não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades disciplinares de repreensão, suspensão, multa, demissão, cassação de disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

n) não ter sido condenado criminalmente, nem estar sendo processado pela Justiça Federal, Estadual ou Militar do País.

**Parágrafo único.** Os requisitos deste artigo serão comprovados por ocasião da posse.

## CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE CONCURSO

**Art. 3º** A Comissão de Concurso, constituída por Ato do Procurador-Geral de Justiça, integrada pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, por um Procurador de Justiça e por um Promotor de Justiça de entrância especial, será presidida pelo primeiro e secretariada pelo último.

**Parágrafo único.** Nos impedimentos eventuais ou no afastamento definitivo do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, exercerá a presidência da Comissão o Procurador de Justiça que a integre.

**Art. 4º** Será considerado impedido o membro da Comissão de Concurso e demais partícipes de qualquer fase do concurso que tenham, entre os candidatos inscritos, cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, aplicando-se ainda aos membros da Comissão do Concurso os motivos de suspeição e de impedimento previstos nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil.

**Parágrafo único.** Os motivos de suspeição e de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão do Concurso, por escrito, até 5 (cinco) dias úteis após a publicação da relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

**Art. 5º** Compete à Comissão de Concurso, logo que constituída, deliberar sobre tudo o que se fizer necessário para a execução de seus trabalhos, iniciando pela elaboração do calendário de suas atividades, com as datas dos atos e das provas do concurso.

**Art. 6º** A Comissão do Concurso dará publicidade aos atos relativos ao andamento do certame mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico – DOMP/MS e no *site* do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo de outras formas que entenderem apropriadas.

**Art. 7º** Ao secretário da Comissão de Concurso incumbirá:  
I – redigir as atas das reuniões da Comissão de Concurso;  
II – expedir ofícios de interesse da Comissão de Concurso;  
III – receber e arquivar toda a correspondência endereçada à Comissão de Concurso;  
IV – redigir e providenciar a publicação de avisos relativos ao concurso; e  
V – propor ao presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão de Concurso e

diligenciar para que o calendário de suas atividades seja observado.

**Parágrafo único.** Para auxiliar na execução das atividades administrativas, o Secretário poderá solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a designação de servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Art. 8º** O Presidente da Comissão do Concurso, ouvidos os demais componentes, poderá convidar membros do Ministério Público e contratar os serviços de fundações ou entidades especializadas para auxiliar, no todo ou em parte, na realização do processo seletivo, que atuará sob a coordenação e supervisão da Comissão do Concurso.

## CAPÍTULO III DA ABERTURA DO CONCURSO

**Art. 9º** O concurso será aberto por Edital e terá eficácia para preenchimento das vagas nele especificadas e daquelas que vagarem.

**Art. 10.** O Edital de abertura do concurso será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DOMP-MS e dele constarão:

- I. os requisitos para a inscrição previstos no art. 2º deste regulamento;
- II. a indicação dos locais, horários e período de inscrição;
- III. a relação de vagas existentes;
- IV. o programa das matérias do concurso;
- V. a remuneração básica e as vantagens dos cargos;
- VI. as atribuições dos cargos;
- VII. a jornada de trabalho; e
- VIII. as regras gerais de participação no concurso.

## CAPÍTULO IV DAS INSCRIÇÕES

**Art. 11.** A inscrição implicará completa ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Regulamento e no Edital de Abertura do Concurso, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

**Art. 12.** As inscrições serão realizadas preferencialmente por meio da *internet*, em data e horários fixados no Edital de Abertura do concurso.

**Art. 13.** É assegurado o direito de inscrição no Concurso Público às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, desde que as deficiências não sejam incompatíveis com o exercício das atribuições do cargo.

**Art. 14.** O Edital de Abertura regulamentará a inscrição, participação e nomeação, pelo sistema de reserva de vagas, para as pessoas que se declararem pertencentes à população negra e à população indígena, nos termos da Lei Estadual nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008, e suas alterações pela

Lei Estadual nº 3.939, de 21 de julho de 2010, regulamentadas pelo Decreto nº 13.141, de 31 de março de 2011.

§ 1º A inscrição do candidato que se declarar pertencente à população negra ou indígena, será condicionada ao parecer conclusivo favorável da Comissão Especial constituída por Ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para este fim.

§ 2º O candidato negro ou índio, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas reservadas.

§ 3º O candidato, ao tomar posse no cargo terá seu nome excluído de qualquer outra lista de classificação existente neste concurso.

**Art. 15.** Às pessoas com deficiência, e para pessoas que se declararem da população negra ou indígena, serão observados os seguintes percentuais:

I- para as pessoas com deficiência, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada cargo;

II- para as pessoas pertencentes à população negra, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada cargo;

III- para as pessoas pertencentes à população indígena, será reservado o percentual de 3% (três por cento) das vagas oferecidas para cada cargo.

§ 1º Se, na apuração do número de vagas reservadas às pessoas com deficiência, aos pertencentes à população negra e à população indígena, resultar número decimal igual ou maior do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior; se menor do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente inferior.

§ 2º Não havendo candidato com deficiência ou pertencente à população negra ou população indígena, inscrito ou aprovado, os cargos ficarão liberados para os demais candidatos.

§ 3º Os candidatos com deficiência, bem como aqueles pertencentes à população negra ou indígena, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida para todos os demais candidatos, em todas as suas fases, garantidas as condições especiais necessárias à sua participação no certame.

§ 4º O Edital de Abertura determinará as situações que autorizam o enquadramento da pessoa na condição de portadora de deficiência, integrante de população negra e integrante de população indígena.

§ 5º Caso constatada a inexistência de deficiência ou não enquadramento da pessoa na situação que justificou sua inserção no sistema de reserva de vagas, o candidato permanecerá no concurso concorrendo em igualdade de condições com outros candidatos, desde que preenchidas as

demais disposições.

§ 6º Com relação à pessoa com deficiência, caso a perícia técnica conclua pela incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo e da especialidade, o candidato será eliminado.

**Art. 16.** A publicação do resultado final do concurso, bem como o de cada uma das fases, será feita em listas distintas, da seguinte forma:

I. listagem contendo a classificação geral de todos os candidatos inscritos;

II. listagem contendo a classificação dos candidatos com deficiência;

III. listagem contendo a classificação dos candidatos pertencentes à população negra;

IV. listagem contendo a classificação dos candidatos pertencentes à população indígena.

**Art. 17.** Após a investidura do candidato, o grau de sua deficiência não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.

**Art. 18.** Os candidatos amparados pela Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002 (com as alterações advindas da Lei nº 3.201/2006), que institui a isenção da taxa de inscrição dos concursos públicos estaduais para desempregados, deverão proceder conforme estabelecido nos Decretos Estaduais nº 11.232, de 27 de maio de 2003, e nº 11.238, de 29 de maio de 2003, que regulamentam a referida Lei; e os amparados pela Lei Estadual nº 2.887, de 21 de setembro de 2004, que concede isenção do pagamento de taxa de inscrição aos doadores voluntários de sangue, deverão proceder conforme nela estabelecido.

## CAPÍTULO V DAS FASES DO CONCURSO

**Art. 19.** O concurso público compreenderá duas fases:

**I – Primeira Fase,** constituída de provas objetivas, de múltipla escolha, de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, de caráter classificatório e eliminatório, para todos os cargos, e de provas dissertativas (tema relacionado a conhecimento técnico jurídico), somente para o cargo de Analista, na Área de Atividade: Direito, de caráter classificatório e eliminatório, que será aplicada no mesmo dia e período das provas objetivas, de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento e no Edital de Abertura;

**II – Segunda Fase,** constituída de provas práticas de digitação para os cargos de Técnico I e de Técnico II, de caráter eliminatório; e de prova prática de direção veicular para o cargo de Auxiliar, na Área de Atividade: Motorista, de caráter eliminatório.

**Art. 20.** O Edital de Abertura do concurso definirá a pontuação mínima para não eliminação nas provas objetiva e discursiva, e também definirá o número de candidatos que terão suas provas discursivas corrigidas de acordo com a classificação obtida na prova objetiva.

§ 1º O conteúdo programático de cada matéria será definido

pela Entidade Organizadora, podendo ser sugerido pela Comissão do Concurso, devendo constar expressamente no Edital de Abertura.

§ 2º O conteúdo da disciplina de conhecimentos específicos será definido no Edital de Abertura, de acordo com cada cargo e especialidade.

§ 3º O Edital de Abertura deverá estabelecer linhas de corte diferenciadas para cada cargo e especialidade, levando-se em consideração, dentre outros fatores, a sua natureza, o número de vagas abertas para provimento e a forma das fases subsequentes no certame.

§ 4º No caso de empate na posição estabelecida como linha de corte, todos os candidatos que se encontrarem empatados nesta posição estarão aptos a prosseguir no concurso.

§ 5º O desempate entre candidatos aprovados pelo sistema de reserva de cotas seguirá os critérios previstos no Edital de Abertura.

§ 6º O Edital de Abertura do concurso definirá as regras para aplicação das provas práticas.

**Art. 21.** As provas objetivas serão realizadas nas cidades de Campo Grande, Dourados, Coxim, Corumbá e Três Lagoas, e as provas práticas serão realizadas apenas na cidade de Campo Grande.

**Art. 22.** O gabarito da prova objetiva será divulgado pela Entidade Organizadora, em conformidade com o calendário estabelecido no Edital de Abertura, podendo os candidatos, a partir da data estabelecida no calendário e do modelo constante no Edital de Abertura, apresentar recurso à Entidade Organizadora.

**Art. 23.** A Comissão do Concurso determinará as datas, horários, duração e os locais da realização das provas, fazendo publicar no Portal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no Diário Oficial – DOMP (<http://www.mp.ms.gov.br>), o Edital de Convocação dos candidatos aptos à sua realização, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 1º A Comissão do Concurso determinará as medidas de organização das provas, bem como o procedimento a ser adotado para fins de exclusão do candidato que não atender às regras do certame.

§ 2º Quando a correção das provas não for realizada por meio eletrônico, deverá ser utilizado procedimento para assegurar o sigilo por meio de desidentificação.

§ 3º As provas serão registradas por qualquer meio que possibilite a sua posterior reprodução.

§ 4º As provas serão realizadas de forma a permitir a participação dos candidatos inscritos concomitantemente ao cargo de Analista e ao cargo de Técnico II.

§ 5º A ausência do candidato à hora designada para o início de qualquer prova importará em sua exclusão do concurso.

§ 6º Os candidatos somente terão acesso aos locais de realização das provas mediante apresentação da carteira de identidade, sem prejuízo da apresentação de outros documentos exigidos no Edital de Abertura ou de Convocação.

**Art. 24.** Durante a realização das provas, é vedado ao candidato, sob pena de exclusão do certame:

I – dirigir-se aos membros da Comissão do Concurso ou aos integrantes da Equipe de Fiscalização, bem como a qualquer outra pessoa, para pedir esclarecimentos sobre as questões formuladas ou a respeito da inteligência de seu enunciado ou, ainda, sobre a forma de respondê-las;

II – ausentar-se do recinto, exceto quando acompanhado de fiscal;

III – entregar a prova além do limite de tempo fixado para sua realização;

IV – comunicar-se com outro candidato que esteja realizando a prova;

V – portar qualquer equipamento eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

VI – desrespeitar membros da Comissão do Concurso ou integrantes da Equipe de Fiscalização, assim como proceder de forma incompatível com as normas de civilidade, compostura e bons costumes.

**Parágrafo único.** Será retirado do recinto das provas o candidato que se portar de maneira inconveniente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Regulamento e no Edital de Abertura ou Convocação, sendo eliminado do concurso, sem prejuízo das providências legais em caso de desobediência ou desacato.

## CAPÍTULO VI DOS RECURSOS

**Art. 25.** Qualquer candidato poderá reclamar à Comissão do Concurso sobre imprecisões no Edital de Abertura e irregularidades no processamento do Concurso Público que configurem inobservância de preceitos legais, regulamentares, regimentais ou constantes dos editais.

§ 1º A reclamação prevista no *caput* deste artigo poderá ser interposta até o segundo dia útil, contado da data da publicação do ato em que ocorreram as irregularidades, não contando com efeito suspensivo.

§ 2º Procedente a reclamação prevista no presente artigo, a Comissão do Concurso adotará as medidas necessárias ao julgamento da reclamação e para sanar eventual irregularidade.

**Art. 26.** Poderá a Comissão do Concurso, ainda que de ofício, determinar a anulação de questões das provas e atos do concurso, quando verificada incorreção ou irregularidade, independentemente do teor dos recursos encaminhados pelos candidatos e da resposta dada pela Banca Examinadora.

§ 1º A Comissão do Concurso deverá determinar as providências de modo que não prejudique o andamento das

fases subsequentes, caso existentes.

§ 2º No caso de anulação de questão da prova objetiva, pela Comissão do Concurso ou pela Banca Examinadora, os pontos a ela relativos serão atribuídos a todos os candidatos.

§ 3º No caso de anulação da prova, ela deverá ser repetida, mantidos o número e o valor das questões e observado igual peso, dela somente podendo participar os candidatos que tiverem comparecido à prova anulada.

§ 4º Não obstante inscrito, e até julgamento final do concurso, qualquer candidato poderá dele ser excluído se verificado, pela Comissão do Concurso, desatendimento de exigência legal ou regulamentar, admitido pedido de reconsideração ao Procurador-Geral de Justiça, que poderá conceder efeito suspensivo.

## **CAPÍTULO VII DO JULGAMENTO E HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO**

**Art. 27.** Encerradas as provas, a Comissão de Concurso procederá ao julgamento do Concurso, à vista do resultado das provas, obtendo a nota final dos candidatos.

**Art. 28.** Em caso de empate, o Edital de Abertura definirá os critérios para o desempate.

**Art. 29.** Os candidatos aprovados serão colocados na ordem decrescente do número de pontos obtidos, em quatro listas, sendo uma geral, com a relação de todos os candidatos aprovados, e três especiais, com a relação dos candidatos inscritos pelo regime de cotas aprovados, salvo se não houver candidato nesta última condição.

**Art. 30.** Realizada a classificação final dos candidatos aprovados, a Comissão do Concurso lavrará Ata de Encerramento e a submeterá ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que homologará o resultado final e determinará a publicação da lista definitiva dos candidatos aprovados no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - DOMP, atendendo a ordem de classificação.

## **CAPÍTULO VIII DA NOMEAÇÃO E DA POSSE**

**Art. 31.** Os candidatos aprovados serão nomeados em obediência à ordem de classificação por cargo e especialidade, respeitado o ingresso pelo sistema de reserva de vagas.

**Art. 32.** Após a nomeação do candidato, preenchidos os requisitos do art. 2º deste regulamento, deverá submeter-se à perícia médica admissional, nos termos do artigo 29 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

**Parágrafo único.** Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 33.** Não serão divulgados os nomes dos candidatos eliminados, dos candidatos cujas inscrições foram indeferidas e dos candidatos não aprovados no concurso.

**Art. 34.** Todos os documentos do concurso, após a homologação do resultado final, ficarão sob a guarda do Procurador-Geral de Justiça e, após o término do prazo de validade do concurso, poderão ser destruídos.

**Parágrafo único.** Nenhum documento entregue durante a realização do certame será devolvido ao candidato, mesmo quando eliminado ou reprovado.

**Art. 35.** O concurso poderá ser executado por Entidade Organizadora, possibilitado ao Procurador-Geral de Justiça a celebração de convênios com órgãos públicos e/ou empresas especializadas ou a contratação de serviços especializados de pessoas jurídicas ou físicas para a realização das diversas fases do concurso, inclusive para assessoramento técnico à Comissão do Concurso, casos em que ficará claramente determinada em convênio ou contrato a competência da pessoa jurídica ou física conveniada ou contratada.

**Parágrafo único.** Em caso de convênio ou contrato, poderá haver, dentre outras, a delegação das seguintes atribuições à Entidade Organizadora:

- I – auxiliar a Comissão do Concurso na elaboração do Edital de Abertura e do cronograma do concurso;
- II – recebimento das inscrições e seus respectivos valores;
- III – deferimento e indeferimento das inscrições;
- IV – emissão dos documentos de confirmação e de indeferimento de inscrições;
- V – formação da Banca Examinadora;
- VI – convocação dos candidatos para a realização das provas e demais atos do certame;
- VII – elaboração, aplicação, julgamento, correção e avaliação das provas;
- VIII – apreciação e decisão dos recursos;
- IX – emissão dos relatórios de classificação dos candidatos, de acordo com o cronograma de execução do concurso;
- X – fornecimento de informações públicas sobre o concurso;
- XI – publicação dos atos do concurso, quando tal mister não for de competência do Ministério Público ou da Comissão do Concurso;
- XII – elaboração da lista final de aprovados e divulgação do resultado final.
- XIII – realização de outros atos solicitados pela Comissão do Concurso ou previstos no convênio ou contrato ou, ainda, no Edital de Abertura.

**Art. 36.** O prazo de vigência do concurso, para efeito de nomeação, será de 2 (dois) anos contado da publicação do ato homologatório do resultado final do concurso pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Parágrafo único.** O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Art. 37.** Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão do Concurso, admitido pedido de reconsideração ao Procurador-Geral de Justiça, que poderá

conceder efeito suspensivo.

**Art. 38.** Este Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande, 17 de outubro de 2012.

(a) **Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral de Justiça

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### Retificação por Incorreção

Retifica-se por incorreção o Extrato da Nota de Empenho 2012NE04199 de 09/10/2012 do Processo PGJ/10/2462/2012, publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul nº 448, de 17.10.2012, pág. 12

Onde consta: “Processo PGJ/10/2546/2012”

Passe a constar: “**Processo PGJ/10/2462/2012**”

### Extrato do Contrato nº 39/PGJ/2012

Processo PGJ/10/2516/2012

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Humberto de Matos Brittes**.

2 – **BRY TECNOLOGIA S.A.**, representada por **Jeandré Monteiro Sutil e Alexandre de Carlos Back**

Amparo Legal: Art. 25, inciso I da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Objeto: prestação de serviços de suporte técnico, atualização, treinamento e consultoria das soluções BRy PDDE e BRy SIGNER SDK.

Valor: R\$ 88.800,00 nos termos das Notas de Empenho nº 03829 de 14/09/2012

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.

Data de assinatura: 02 de outubro de 2012.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

### **EDITAL Nº 047/2012**

A 34ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande-MS, Núcleo das Promotorias de Justiça do Pantanal e da Bacia do Paraná, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na rua da Paz, 134, 3º andar, centro.

#### **Inquérito Civil n. 047/2012**

**Requerente(s):** Anônimo.

**Requerido(s):** “Aterro - limpeza de terreno, areia e pedra”.

**Objeto(s):** Apurar a instalação e operação da empresa denominada “Aterro - limpeza de terreno, areia e pedra (9938-5319/9288-5906)”, localizada na avenida Castelo Branco com avenida Norte, bairro Coronel Antonino, em Campo Grande-MS, havendo indícios de estar instalada e operando sem licença ou autorização ambiental, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Campo Grande, 16 de outubro de 2012.

**ALEXANDRE LIMA RASLAN** - Promotor de Justiça

## COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

### FÁTIMA DO SUL

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os **Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa** – Responsável Técnico pelo Convênio MJ X MPE n. 129/2010, que viabilizou a criação da Central e dos Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Fátima do Sul, Glória de Dourados e de Deodápolis, **Fernando Jamusse** – 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul e **Suzi Lucia Silvestre da Cruz DAngelo** – 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul – no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 27, parágrafo único, IV da Lei 8625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e artigo 29, IV da Lei Complementar n. 72/1994, faz saber a todos quanto possa interessar, através do presente edital, que no dia **25 de Outubro de 2012, às 19h 30min**, na Câmara Municipal de Fátima do Sul, localizada na Rua Antônio Belmiro Santos, 1803, o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com a seguinte temática: I) **Apresentação das atividades desenvolvidas pela CAPEMA de Fátima do Sul e sua repercussão social**; II) **Discussão sobre a sustentabilidade da CAPEMA em Fátima do Sul**, com previsão de duração de 03 horas. A Audiência é aberta a qualquer do povo e tem por finalidade coletar, junto à sociedade e ao Poder Público, elementos quanto à matéria que é objeto de convocação. Sem prejuízo da participação das entidades e órgãos convidados, os interessados em exposição na audiência poderão se cadastrar no local, no decorrer do evento. A definição do tempo de exposição estará condicionada ao número de inscritos, de forma a viabilizar a participação de todos e o bom andamento dos trabalhos da audiência. Poderá ser concedida a participação dos presentes na audiência após a manifestação dos expositores inscritos, desde que exista disponibilidade de tempo, considerada a previsão de duração da audiência. Publique-se no Diário Oficial de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Afixe-se no quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Fátima do Sul. Aos 15 de Outubro de 2012 - **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa** – Promotor de Justiça de Dourados - **Fernando Jamusse** – 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul e **Suzi Lucia Silvestre da Cruz DAngelo** – 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul.

### **EDITAL Nº 002/PJCONS/FS/2012**

A Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a instauração do **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 02/2012**, que se encontra à disposição na Rua Ipiranga nº 810, Fone (67) 3467-3421, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, onde poderá ser examinado.

#### **Inquérito Civil nº 002/PJCons/FS/2012**

**Requerente:** MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

**Requerido:** “FARMAVIDA” – D. FERNANDES JÚNIOR & CIA. LTDA-ME.

**Assunto:** Apurar eventuais irregularidades no funcionamento do estabelecimento comercial denominado “FARMAVIDA”, localizado na cidade de Fátima do Sul, consistentes na falta de alvará sanitário, na ausência de autorização para manipular e comercializar medicamentos, bem como na comercialização de medicamentos



manipulados em farmácias localizadas em outros municípios, sem a ciência do consumidor.

Fátima do Sul MS, 16 de outubro de 2012

**FERNANDO JAMUSSE** - Promotor de Justiça

---

### NAVIRAÍ

---

#### **EDITAL Nº 040/2012**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Júlio Soares de Souza Filho, nº 25, Centro.

**Inquérito Civil nº 040/2012/1ª PJ Patrimônio Público**

**Requerente:** Ministério Público

**Requerido:** Paulo Aquino dos Santos, Gesse da Silva Andrade, Ronaldo da Silva Botelho e Flávio Roberto Vendas Tanus

**Assunto:** apurar possíveis irregularidades em obras de Drenagem, PV's e boca de lobo de algumas ruas do Bairro Odécio Nunes de Matos

Naviraí, 09 de outubro de 2012.

**Paulo da Graça Riquelme de Macedo Júnior** – Promotor de Justiça

---

### TRÊS LAGOAS

---

#### **EDITAL Nº 038/2012**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 038/2012, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

**Inquérito Civil n. 038/2012**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Selvíria

**Assunto:** Apurar a transferência de R\$263.166.12 da conta específica do Bloco de Atenção Básica à Saúde sem a comprovação da destinação dos recursos, além da falta de aplicação dos recursos em tal Bloco com saldo excessivo na respectiva conta corrente, gerando insuficiência de recursos para a população, irregularidades detectadas em ação de controle promovida pela Controladoria-Geral da União em decorrência da 34ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos, ocorrida no Município de Selvíria.

Três Lagoas/MS, 16 de outubro de 2012.

**FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA** - Promotor de Justiça

#### **EDITAL Nº 040/2012**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 040/2012, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

**Inquérito Civil n. 040/2012**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Selvíria

**Assunto:** Apurar a contratação direta de fornecedores com recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, irregularidade detectada em ação de controle promovida pela Controladoria-Geral da União em decorrência da 34ª Etapa do Programa de Fiscalização a

partir de sorteios públicos, ocorrida no Município de Selvíria.

Três Lagoas/MS, 16 de outubro de 2012.

**FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA** - Promotor de Justiça

#### **EDITAL N. 11/2012**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 11/2012**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Selvíria/MS.

**Assunto:** Apurar irregularidades no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Município de Selvíria/MS.

Três Lagoas/MS, 16 de outubro de 2012.

**MATHEUS MACEDO CARTAPATTI** - Promotor de Justiça Substituto

#### **EDITAL N. 12/2012**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 12/2012**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Selvíria/MS.

**Assunto:** Apurar irregularidades no transporte escolar do município de Selvíria/MS.

Três Lagoas/MS, 16 de outubro de 2012.

**MATHEUS MACEDO CARTAPATTI** - Promotor de Justiça Substituto

#### **EDITAL N. 13/2012**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 13/2012**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Selvíria/MS.

**Assunto:** Apurar irregularidades no funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Selvíria/MS.

Três Lagoas/MS, 16 de outubro de 2012.

**MATHEUS MACEDO CARTAPATTI** - Promotor de Justiça Substituto

#### **EDITAL N. 14/2012**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, n. 860, Centro.

**Procedimento Preparatório n. 14/2012**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Selvíria/MS.

**Assunto:** Apurar irregularidades na merenda escolar fornecida aos alunos do município de Selvíria/MS.

Três Lagoas/MS, 16 de outubro de 2012.

**MATHEUS MACEDO CARTAPATTI** - Promotor de Justiça Substituto

---

### COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

**GLÓRIA DE DOURADOS****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Os **Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa** – Responsável Técnico pelo Convênio MJ X MPE n. 129/2010, que viabilizou a criação da Central e dos Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Fátima do Sul, Glória de Dourados e de Deodápolis, e **Fernanda Rottili Dias** – Promotora de Justiça de Glória de Dourados, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 27, parágrafo único, IV da Lei 8625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e artigo 29, IV da Lei Complementar n. 72/1994, faz saber a todos quanto possa interessar, através do presente edital, que no dia **24 de Outubro de 2012, às 19h 30min**, na Câmara Municipal de Glória de Dourados, localizada na Av. Presidente Getúlio Vargas, 1453, o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com a seguinte temática: **I) Apresentação das atividades desenvolvidas pela CAPEMA de Glória de Dourados e sua repercussão social; II) Discussão sobre a sustentabilidade da CAPEMA em Glória de Dourados**, com previsão de duração de 03 horas. A Audiência é aberta a qualquer do povo e tem por finalidade coletar, junto à sociedade e ao Poder Público, elementos quanto à matéria que é objeto de convocação. Sem prejuízo da participação das entidades e órgãos convidados, os interessados em exposição na audiência poderão se cadastrar no local, no decorrer do evento. A definição do tempo de exposição estará condicionada ao número de inscritos, de forma a viabilizar a participação de todos e o bom andamento dos trabalhos da audiência. Poderá ser concedida a participação dos presentes na audiência após a manifestação dos expositores inscritos, desde que exista disponibilidade de tempo, considerada a previsão de duração da audiência. Publique-se no Diário Oficial de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Afixe-se no quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Glória de Dourados. Aos 15 de Outubro de 2012 - **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa** – Promotor de Justiça de Dourados - e **Fernanda Rottili Dias** – Promotora de Justiça de Glória de Dourados

**DEODÁPOLIS****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Os **Promotores de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa** – Responsável Técnico pelo Convênio MJ X MPE n. 129/2010, que viabilizou a criação da Central e dos Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Fátima do Sul, Glória de Dourados e de Deodápolis, e **Viviane Zuffo Vargas Amaro** – Promotora de Justiça de Deodápolis, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 27, parágrafo único, IV da Lei 8625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e artigo 29, IV da Lei Complementar n. 72/1994, faz saber a todos quanto possa interessar, através do presente edital, que no dia **23 de Outubro de 2012, às 19h 30min**, na Câmara Municipal de Deodápolis, localizada na Av. D. Pedro II, 443 – Centro, o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** fará realizar **AUDIÊNCIA**

**PÚBLICA**, com a seguinte temática: **I) Apresentação das atividades desenvolvidas pela CAPEMA de Deodápolis e sua repercussão social; II) Discussão sobre a sustentabilidade da CAPEMA em Deodápolis**, com previsão de duração de 03 horas. A Audiência é aberta a qualquer do povo e tem por finalidade coletar, junto à sociedade e ao Poder Público, elementos quanto à matéria que é objeto de convocação. Sem prejuízo da participação das entidades e órgãos convidados, os interessados em exposição na audiência poderão se cadastrar no local, no decorrer do evento. A definição do tempo de exposição estará condicionada ao número de inscritos, de forma a viabilizar a participação de todos e o bom andamento dos trabalhos da audiência. Poderá ser concedida a participação dos presentes na audiência após a manifestação dos expositores inscritos, desde que exista disponibilidade de tempo, considerada a previsão de duração da audiência. Publique-se no Diário Oficial de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Afixe-se no quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Deodápolis. Aos 15 de Outubro de 2012 - **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa** – Promotor de Justiça de Dourados - e **Viviane Zuffo Vargas Amaro** – Promotora de Justiça de Deodápolis.

**DIÁRIO OFICIAL DO MP**

Com o objetivo de aprimorar a política de comunicação e divulgação oficial dos atos administrativos, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibiliza o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DOMP-MS.

O DOMP-MS foi instituído pela Lei Estadual nº 3.963, de 13 de setembro de 2010, e regulamentado pela Resolução nº 21/PGJ/2010, de 18 de novembro de 2010 (publicada em 18/11/2010).

*E-mail para envio de matérias:*

**[dompms@mp.ms.gov.br](mailto:dompms@mp.ms.gov.br)**

*Telefone para contato:*

**(67) 3318-2055**